



ADMINISTRATIVO | CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS ESPECIAIS | 2ª FASE XXV EOAB | Junho de 2018


GABARITO

	Enunciados	Respostas
1	Considerando o cabimento, indique a diferença entre as ações:	
	A. Mandado de segurança	Art. 5º, LXIX da CF + art. 1º da Lei 12.016/2009.
	B. Mandado de injunção	Art. 5º, LXXI, CF + art. 1º Lei 13.300/2016
	C. Habeas data	Art. 5º. LXXII, CF + Lei 9507/97
	D. Ação popular	Art. 5º, LXXIII, CF + Art. 1º Lei 4.717/65
	E. Ação civil pública	Lei 7.347/85
	Ver quadro AÇÕES CONSTITUCIONAIS no link arquivos, www.darlanbarroso.com.br	
2	Indique a competência para a impetração de mandado de segurança nos seguintes casos:	
	A. Ato da Presidência da República	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Fundamento: 102, I, “d” da Constituição da República
	B. Ato do Conselho Nacional de Justiça	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 102, I, “r” da Constituição da República
	C. Ato de membro do Tribunal de Contas da União	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Fundamento: 102, I, “d” da Constituição da República
	D. Ato de Governador de Estado X	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO ...
	E. Ato do Ministro de Estado do Planejamento	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Fundamento: 105, I, “b” da Constituição da República
	F. Ato autoridade federal vinculada à secretaria da receita federal	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE (ESTADO) ... Fundamento: 109, VIII, da Constituição da República
	G. Ato de Diretor de Universidade privada	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE (ESTADO) ... Fundamento: 109, VIII, da Constituição da República – Função delegada

	H. Ato do reitor de Universidade Estadual	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ... Fundamento: Justiça Estadual por ser autoridade vinculada ao Estado membro.
	I) Ato do presidente da comissão de concurso público para provimento de cargo de oficial de justiça no Estado X	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ...
	J) Ato do Conselho Nacional do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça	Endereçamento ao Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "r" da CF)
	K) Ato do presidente da comissão de concurso público para provimento de cargo do Estado Y.	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE ...
	<p>Nas ações que envolvem pessoas de direito público:</p> <p>a) Sendo Justiça Estadual o endereçamento poderá ser para a Vara da Fazenda Pública ou Vara Cível (salvo se o problema especificar).</p> <p>b) Em se tratando de competência da Justiça Federal, atenção à regra de local prevista no artigo 109 e §§ da CF.</p>	
	Questões	
3	É possível mandado de segurança contra ato de autoridade vinculada a empresa de economia mista ou concessionária de serviço público? Em caso positivo, em quais situações.	§ 1º do artigo 1º da Lei 12.016/09, ou seja, não cabe o mandado de segurança se for contra ato de gestão comercial.
4	A existência de controvérsia jurídica acerca do direito líquido e certo autoriza a impetração de mandado de segurança?	A súmula 625 do Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento no sentido de que a controvérsia sobre matéria de direito não impede a concessão de mandado de segurança.
5	É cabível dilação probatória na ação de mandado de segurança?	Como regra não, já que a prova no mandado de segurança é pré-constituída. No entanto, o § 1º, do artigo 6º da Lei 12.016/09, permite que o juiz determine a requisição de documentos que estejam em poder de repartição ou estabelecimento público, ou ainda, em poder de autoridade ou de terceiro.

6	Em quais situações não poderá haver a concessão de liminar no mandado de segurança?	Ver situações do § 2º, do artigo 7º da Lei 12.016/09.
7	Existe prazo para a impetração do mandado de segurança? Eventual limitação de prazo para o mandado de segurança é constitucional?	O mandado de segurança repressivo tem prazo decadencial de 120 dias para a impetração, conforme determina o artigo 23 da Lei 12.016/09. A esse respeito, o Supremo Tribunal Federal editou as Súmulas 429 e 632, confirmando a constitucionalidade do referido prazo
8	“Tício” impetrou mandado de segurança para obter a anulação de nomeações em determinado concurso público. A tese do Impetrante é no sentido de que duas pessoas haviam sido nomeadas indevidamente e, com isso, teria ele sido preterido na nomeação. Nesse caso, quais sujeitos deverão figurar no pólo passivo do mandado de segurança?	Os terceiros que forem atingidos pelo mandado de segurança deverão ser citados como litisconsortes. Súmula 631 do STF
9	A entidade de classe poderá impetrar mandado de segurança apenas para benefício de parte de seus membros?	O artigo 21 da Lei 12.016/09 afirma que a legitimação extraordinária é conferida para defesa da totalidade ou parte da categoria ou grupo de pessoas Súmula 630 - A ENTIDADE DE CLASSE TEM LEGITIMAÇÃO PARA O MANDADO DE SEGURANÇA AINDA QUANDO A PRETENSÃO VEICULADA INTERESSE APENAS A UMA PARTE DA RESPECTIVA CATEGORIA.
10	Qual a extensão dos efeitos da coisa julgada no mandado de segurança coletivo?	A sentença proferida no mandado de segurança, nos termos do artigo 22, é <i>ultra partes</i> . Limitadamente ao grupo ou classe de pessoas substituídas.
	Indique os recursos ou medidas nas seguintes situações	
	A) Decisão que concede ou denega liminar no mandado de segurança impetrado em primeira instância;	Agravo de instrumento – art. 7º, § 1º da Lei 12.016/09 + art. 1015, I do CPC
	B) Decisão que concede ou denega liminar no mandado de segurança	Agravo interno – art. 16, parágrafo único da Lei 12.016/09 + art. 1021 do CPC

	impetrado diretamente no tribunal (competência originária do tribunal);	
	C) Decisão que julga o mérito do mandado de segurança em primeira instância;	Apelação – art. 14 da Lei 12.016/09 + 1009 do CPC
	D) Decisão que julga o mérito em mandado de segurança de competência originária de Tribunal de Justiça.	Concessiva da segurança – recursos especial e/ou extraordinário em conformidade com o cabimento dos artigos 105, III e 102, III, ambos da Constituição da República. ATENÇÃO: sendo denegada a segurança, caberá RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, artigos 105, II e 102, II da Constituição da República.
	E) Decisão que, liminarmente, extingue o mandado de segurança em primeira instância e sem a resolução de mérito.	Apelação – art. 14 da Lei 12.016/09
	F) Em processo de mandado de segurança foi proferida liminar para determinar que autoridade da União implementasse em folha de pagamento de todos os seus servidores uma acréscimo de 50% do valor recebido por cada um. Assim, entendendo a União que tal medida poderá gerar grave lesão à coletividade, qual medida poderá ser tomada.	A pessoa jurídica de direito público ou o Ministério Público, nos termos do artigo 15 da Lei 12.016/09, poderão requer a SUSPENSÃO DE SEGURANÇA ao Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do recurso. Ler artigo 15 e §§.
	G) Em decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás foi manifestada tese no sentido de garantir a aplicação de lei local que permite ao servidor ser investido em cargo público sem a prévia aprovação em concurso público, autorizando inclusive a remoção entre membros de carreiras diversas. Indique a medida para garantia da	Houve violação à Súmula vinculante 43 (STF), portanto, tem cabimento a propositura de RECLAMAÇÃO. A reclamação tem natureza de ação (não é um recurso). Portanto, seguirá modelo de petição inicial. Fundamentos: Art. 103, § 3º da CF. Art. 988 do CPC Atenção: utilizar também artigos dos regimentos internos do STF e do STJ.

	autoridade do entendimento já consolidado pelo STF.	
	<p>Lembre-se: o recurso é determinado como regra em função da natureza do ato judicial recorrido – vide artigos 203/204 X 994 do CPC.</p> <p>Em recursos, havendo fundamentação específica em legislação especial, utilize o referido fundamento e também o artigo do CPC.</p>	